

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO MARANHENSE E A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: O caso da Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus

Thainara Carla Lima Camberimba da Silva¹
Alexandre Peixoto Faria Nogueira²

Resumo: No Brasil, a distribuição desigual de terras é resultado do processo histórico da formação socioespacial. O modo de produção capitalista, por ser um sistema produtivo que as relações sociais são desiguais, a produção do espaço e o desenvolvimento territorial refletem tal desigualdade, expondo seu caráter classista e, conseqüentemente, excludente. A busca pela reprodução ampliada do capital, em especial, o agrário evidencia o caráter classista do Estado ao priorizar os interesses dos latifundiários, o desenvolvimento da agricultura capitalista em detrimento a agricultura camponesa, como é o caso do plano de ordenamento e desenvolvimento territorial do MATOPIBA. Este trabalho tem como objetivo analisar a reestruturação produtiva do campo maranhense, tendo como centralidade o conflito entre a Suzano e os Acampados do Viva Deus.

Palavras-chaves: Reestruturação Produtiva. Criminalização. Luta pela Terra.

Introdução

A reestruturação produtiva no campo brasileiro tem como base o Estado Neoliberal e vem, concomitantemente, com uma nova expansão da fronteira agrícola. Essa nova dinâmica do agronegócio, parte como incentivo do Estado no desenvolvimento de uma política de ordenamento e desenvolvimento territorial, criado em 2013, denominado de MATOPIBA, caracterizando como outra forma de atacar os camponeses e povos tradicionais dos estados que compõe esse projeto, além de aumentar a grilagem de terras na região.

Considerando que as estruturas são momentos provisórios, segundo Lefebvre (1971), podemos dizer que a reestruturação é um movimento ao mesmo tempo de “continuidades” e “descontinuidades”. A reestruturação produtiva do capital só ocorre quando as estruturas vigentes já não atendem às necessidades do capital, nesse sentido,

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA. Membro do Centro de Estudos sobre Educação, Terra e Trabalho. Email: carlacamberimba@hotmail.com

² Professor Doutor em Geografia do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA; Coordenador do Centro de Estudos sobre Educação, Terra e Trabalho e membro do Centro de Estudos Geografia do Trabalho – CEGeT. Email: alexandrepfm@gmail.com

ela é uma válvula de escape para a crise estrutural do capital.

Sendo a reestruturação resultado de mudanças sociais e espaciais, estudaremos a reestruturação produtiva a partir do capitalismo que é entendido como um fenômeno que é sócioespacial, pois surge do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração. A reestruturação não pode ser estudada ou vista como algo estático ou meramente mecânico, temos de entender que tal processo é dialético (LENCIONI, 1998).

Contraopondo-se à reestruturação produtiva, o campesinato luta pela democratização do acesso à terra. Uma delas é a dos acampados da fazenda El Dourado, uma luta de 14 anos pelo direito de serem assentados, direito este já garantido por meio de um decreto presidencial de dezembro de 2014, que dá aos acampados o direito à terra, mas que ainda não conseguiram devido a influência da Suzano Papel e Celulose.

O processo histórico do acampamento é mais uma prova do descaso do Estado pela reforma agrária. Em 2003 as famílias foram levadas para a Fazenda El Dourado, localizada à 42 km do núcleo urbano de Imperatriz, onde foram organizadas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR- Imperatriz), no mesmo ano, foi solicitado junto ao Incra que fosse feito uma vistoria para que aquelas famílias pudessem ser inseridas no plano da Reforma Agrária e conseguissem permanecer e ganhar o direito à terra na fazenda que estava sob judice e um processo administrativo, a vistoria foi feita. Com a chegada da Suzano Papel e Celulose, em 2013 deu início ao conflito entre os acampados e a empresa, a qual, em todo, momento atacou o acampamento na tentativa de desorganizá-los.

É com a perspectiva analítica à luz da relação capital x trabalho que propomos o estudo sobre a reestruturação produtiva do campo maranhense, tendo como centralidade o conflito entre a Suzano e os Acampados da Fazenda El Dourado (acampamento Viva Deus), ambos localizados na Estrada do Arroz – Imperatriz, MA.

Dentre as mais diferentes facetas do conflito estudado, destacaremos, nesse trabalho, o processo de criminalização da luta dos acampados pelo acesso à terra. Para tanto, utilizamos da pesquisa qualitativa com elementos quantitativos, que segundo Minayo (2010) esse tipo de método procura “desvelar” processos sociais que ainda são poucos conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado.

Dessa forma, tal metodologia tende a nos aproximar do real/concreto, pois aborda aspectos importantes em uma pesquisa de campo que influencia diretamente uma ressignificação do que é a reestruturação produtiva no campo maranhense e os impactos e conflitos gerados pelo grande capital.

É a partir da ideia de Mészáros (2015) sobre a importância de se analisar o estado Moderno para analisar o capitalismo, pois, segundo o autor “ o Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado” (p.10), que entendemos as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo.

Levando em consideração a importância do espaço para o modo de produção capitalista, partiremos das teorias de Lefebvre (1985), quando afirma que: “A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem” (p. 9).

Nesse sentido, o espaço sendo a materialização das relações sociais e essas, determinadas pelo modo de produção, no nosso caso capitalista, este estruturado em classes sociais, entendemos que a luta é sempre de classe. E é na luta cotidiana contra o espaço do capital que os camponeses do acampamento Viva Deus ocupam o território, e constroem a possibilidade de (re)configurar o espaço hegemônico, através da conquista do território.

Sobre a categoria Território o autor que melhor se aproxima do objetivo desta pesquisa é Fernandes (2008) ao afirmar que: “Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania” (P. 5). Enquanto o agronegócio organiza o território para produção de *commodities*, o camponês organiza para reprodução da vida.

A reestruturação produtiva do capital no campo formula novas estratégias de reprodução ampliada e oculta a exploração do trabalho, uma vez que este vem revestido de novas formas. Segundo Thomas Junior (2004)

Essa realidade, todavia, deve ser compreendida considerando: a) as mediações que garantem o processo de reprodução do capital; b) a intensificação da

mecanização do processo de trabalho e toda ordem e dimensão do controle social (formas recriadas que revelam expropriação, subordinação do trabalho); c) a apropriação da renda da terra pelo capital; d) a execução e extinção das políticas públicas. (THOMAS JUNIOR, 2004, p.11).

A reestruturação do campo no Maranhão vem gerando “novos” conflitos entre o campesinato e o grande capital. Um fato que é bastante evidente nessa briga pela terra é que o grande capital quer para fins produtivos de papel e celulose, o que desgasta e empobrece o solo já que o camponês quer para fins de produção de alimentos e para moradia. Nesse contexto temos duas classes totalmente diferentes e com objetivos distintos para com a terra.

No Maranhão a empresa Suzano Papel e Celulose conseguiu se instalar implementando o cultivo do eucalipto e a produção de celulose com condições tecnológicas, organizacionais, sociais e geográficas. A empresa se instala próximo ao Acampamento Viva Deus, causando desconforto e destruição do solo dos acampados que ali vivem e tiram seu sustento da terra.

É através dos conflitos que surge a necessidade de compreender a estrutura agrária do estado maranhense, as políticas públicas voltadas para o campo e analisar Projetos de Desenvolvimento e Planejamento Territorial para a Região, por exemplo, o MATOPIBA.

O acampamento Vida Deus: uma história de resistência

A história da luta dos acampados do Viva Deus, na Estrada do Arroz, recém denominada MA Padre Josimo, teve início no ano de 2003, a partir da chegada de centenas de famílias coordenadas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR-Imperatriz), as quais acamparam no imóvel rural denominado Fazenda El Dourado, nas margens da Estrada, à 42 km de Imperatriz. A área, no mesmo ano, foi solicitada junto ao Incra de Imperatriz para ser vistoriada, pedido feito pelo STTR-Imperatriz, cuja foram realizadas três vistorias, a primeira do Incra, segunda do IBAMA e a terceira particular.

Em virtude da área da fazenda Tramontina só poder assentar 39 famílias, das 300 famílias levadas para a então fazenda, tiveram que voltar 261 famílias para seus lugares de origem, como por exemplo, Imperatriz. Enquanto isso, a fazenda El Dourado continuava sob juízo porém sem nenhuma família de trabalhadores sem-terra acampada na área, foi quando mobilizamos o retorno das famílias, desde os acampados

originalmente, como também, outras famílias que entraram na luta pela terra, para isso, foram realizadas reuniões em residências de companheiros em Imperatriz, desde então, decidimos ocupar a área novamente na beira da Estrada, amparados por um requerimento apresentado e protocolado no Incra de Imperatriz, em 22 de Agosto de 2006.

Nesse período, um representante dos acampados, se propôs a ir buscar o apoio do Sindicato na pessoa do então presidente, o que foi negado, apesar da área ter sido reivindicada pelo próprio STTR-Imperatriz. Embora o apoio tenha sido negado verbalmente, pois não há documento que comprove, mesmo assim continuamos a luta, organizamos as associações, primeiramente, a Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais do Grupo Resistência da Estrada do Arroz, no acampamento Fazenda El Dourado e posteriormente a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RURAIS VIVA DEUS, no acampamento Comunidade Viva Deus.

No ano de 2011, o acampamento Viva Deus passou a ser assediado pelos representantes da empresa Suzano Papel e Celulose os quais afirmaram que a empresa teria interesse na área e que iria comprar a madeira de eucalipto plantada na fazenda, afirmaram também que a empresa não teria projeto social para a comunidade, chegando a afirmar, de acordo como presidente do Viva Deus, que a empresa não trabalhava com coração e sentimento, mas com dinheiro e com lucro e que a fábrica estaria se instalando, em breve, na Estrada do Arroz.

Durante a construção da fábrica, os representantes da mesma intensificaram a presença na área ocupada. Entre 2013 e 2014 a fábrica da Suzano foi construída na Estrada do Arroz. Em 30 de dezembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial o decreto que destina a área total de, aproximadamente, 12.267 ha. Em 2015, logo após a publicação do decreto a Suzano S.A retirou a madeira de Eucalipto das áreas próximas do acampamento, período de pouco sossego para os acampados. Durante a retirada houve a constatação da destruição das cercas dos fundos dos barracos pelas máquinas da Suzano S.A. sem nenhuma satisfação dada as famílias prejudicadas.

Conflito e a criminalização da luta pela terra

O conflito pela terra se intensifica pela negação do camponês em deixar o Acampamento para que a empresa, expanda seus negócios, os camponeses além de ficarem expostos aos problemas causados pela Suzano são atacados fisicamente e

estruturalmente. Em dezembro de 2016, os acampados foram ameaçados e tiveram seus barracos queimados e suas plantações envenenadas pela empresa de segurança que presta serviço à Suzano, estas empresas de segurança, consideramos como as novas milícias, jagunços e capangas do agronegócio.

Outro mecanismo utilizado pelo agronegócio, para além da violência direta, é a criminalização da luta pela reforma agrária. Segundo Filho e Frigo (2010), “o processo de criminalização dos movimentos sociais combina-se com outras estratégias adotadas pelas classes dominantes como, por exemplo, a cooptação e a violência, com vistas a bloquear as lutas sociais por direitos” (p.01). Vale ressaltar, e o caso entre a Suzano e Viva Deus não nos deixa enganar, que a violência direta aos sujeitos que lutam pela reforma agrária ainda continua sendo uma ação, constante do agronegócio, para tanto, destacamos o recente caso dos nove homes e uma mulher, integrantes da Liga dos Camponeses Pobres, mortos no município de Pau D’arco no Pará, em maio de 2017.

A criminalização da luta pela terra só é possível devido a simbiose Estado/Agronegócio, quando os agentes do capital do campo atuam como força e aparelho do Estado, criando mecanismos para tal, como por exemplo, prisões, inquéritos policiais, comissão parlamentar de inquérito, fiscalizações “dirigidas”, mandados judiciais de busca e apreensão, etc. (*Idem*). No caso estudado, o presidente do acampamento Viva Deus já foi denunciado várias vezes por crime de incêndio ambiental pela Suzano, sendo que nenhuma acusação foi comprovada.

Todas essas medidas contra os acampados é resultado da própria resistência e luta dos mesmos contra os interesses da Suzano, a qual, mesmo com influências diretas no Inkra de Imperatriz, associações de pequenos produtores, no próprio sindicato dos trabalhadoras e trabalhadores rurais de Imperatriz, não conseguiu desarticular o acampamento.

Devido ao posicionamento dos acampados do Viva Deus irem de encontro aos interesses da Suzano, o Inkra de Imperatriz vem tendo um tratamento não amigável com os mesmos, o que podemos considerar como assédio a partir de documentos que afirmam que famílias acampadas estão, supostamente, descumprindo acordos de modelos de condutas, os quais vem afirmando, principalmente após a retirada da madeira pela Suzano S.A, que essas famílias, em especial o presidente da associação, poderiam perder o direito, legítimo, do acesso à terra.

Esse processo de criminalização da luta pelo acesso à terra da Fazenda El Dourado, inicia-se em 06 de Setembro de 2013, quando as empresas Suzano S.A. e Vale S.A. leva à judice as famílias acampadas sob a demanda de esbulho. No entanto, a determinação do Juiz à demanda foi que tal acusação é infundada já que a fazenda El Dourado está em processo de desapropriação em Brasília, ou seja, destinada aos trabalhadores rurais.

Em 15 de Dezembro de 2014, ou seja, 16 dias antes da publicação do decreto no Diário Oficial, a Suzano S.A. apresentou a proposta, em reunião na sede do Incra com os representantes das Associações das famílias acampadas, o Incra e o STTR-Imperatriz, de locar as famílias em uma área da fazenda El Dourado para construção de uma vila. Vale ressaltar um fato curioso que os representantes da Suzano S.A, nesta reunião, ocuparam a cadeira da chefia do Incra, numa tentativa de intimidação.

Outro fato merecedor de destaque e que foi registrado em vídeo, nessa reunião, foi o posicionamento de um funcionário do Incra quando afirmou que caso a fazenda El Dourado seja conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras, estes iriam ocupar a terra para o cultivo de maconha, o que prova o caráter e compromisso do funcionário do órgão público federal responsável pela Reforma Agrária para com os interesses dos trabalhadores.

Partindo do reconhecimento e da legalidade da luta pelo acesso à terra, a Associação Viva Deus se posicionou, diferentemente da representante da Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais, contra essa proposta da Suzano S.A. da permissão do acesso ao imóvel, pois como a área estava em processo de desapropriação tal acesso poderia ser considerado como invasão indevida e prejudicar o processo em andamento, tanto que, 16 dias depois, a fazenda foi destinada à Reforma Agrária.

Outro episódio de criminalização da luta ocorreu no dia 06 de Outubro de 2015, com a denúncia, por parte da Suzano S.A, à delegacia de Imperatriz que afirmava que o presidente da Associação Viva Deus teria provocado um incêndio criminoso na área no dia 05 de Outubro de 2015, o qual foi intimado, dias depois, a depor nas presença do Delegado, o qual foi negado, em depoimento, a autoria por parte do presidente. No mesmo dia dessa denúncia, o nosso presidente foi ameaçado na comunidade por um funcionário da Suzano S.A. Vale destacar que tal incêndio provocou grandes perdas as famílias acampadas, queimando cinco barracos com todos os bens dos acampados dentro,

ocasionando um prejuízo incalculável e destruindo pequenas plantações. Ressaltamos que tal ocorrido, em especial os prejuízos sofridos por nós, foram levados ao conhecimento do Inca de Imperatriz o qual não tomou nenhum tipo providência para reverter a situação dos prejuízos tomados pelos acampados.

Durante todo esse processo de litígio entre os trabalhadores acampados e a Suzano S.A. o Inca nacional passa por uma grande investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), os motivos de tais investigações são diversos, desde suspeitas de irregularidades na constituição de assentamentos, como a própria tentativa de dismantelar o único órgão federal destinado à Reforma Agrária. Ao mesmo tempo que se desenvolvia essas investigações, para agravar a situação das famílias acampadas, foram suspensas as distribuições das sextas básicas, a qual permanece até hoje.

Esperando uma resposta, um posicionamento do Inca sobre tal investigação, com medo do risco de serem atingidos por essa ação, os trabalhadores se organizam em defesa do órgão, no entanto, em Imperatriz, o posicionamento deste tem sido o oposto das expectativas das famílias trabalhadoras rurais, em especial as acampadas da Estrada do Arroz vinculadas à Associação Viva Deus, onde o Inca tem investido em posturas duvidosas, determinando, advertindo, pressionando, assediando e ameaçando os trabalhadores e trabalhadoras acampados em tirar seus direitos de acesso à terra, alegando, por exemplo, que as famílias da Viva Deus estão adentrando na área com grandes aberturas, como também ateando fogo na área.

No entanto, toda atividade realizada pelas famílias acampadas são de mínimo impacto, ou seja, apenas nos fundos dos barracos para realização da limpa para a plantação de subsistência, ou seja, uma prática tradicional camponesa voltada para o cultivo e para garantir a reprodução da vida. Ao longo de todo esse período de acampamento as famílias acampadas sofreram diversas e diferentes ameaças por parte de funcionários da Suzano S.A.

Mesmo com todas as adversidades continuamos na luta e na tentativa de amenizar os problemas da vida das famílias acampadas, reivindicamos, por exemplo, a ligação da energia elétrica, a qual o Inca de Imperatriz não apoia, mesmo o ouvidor agrário de Brasília tendo solicitado a ligação à empresa responsável, o que nos dá a sensação de que o Inca de Imperatriz está mais preocupado com os interesses da Suzano S.A do que com os das famílias trabalhadoras acampadas.

Na tentativa de intimidar a luta das famílias acampadas vinculadas a Associação Viva Deus, devido seus posicionamentos contrários aos interesses da Suzano S.A, um servidor do Incra levou um documento, assinado pela chefia do Incra de Imperatriz, na residência da irmã do presidente da nossa Associação, onde este e sua mãe ficam enquanto estão na cidade de Imperatriz. Tal documento foi lido e seu conteúdo baseava-se em advertências e reprovação de comportamentos dos acampados na área, chegando, mais uma vez, a afirmar da possibilidade da retirada do direito ao acesso à terra.

Tal postura arbitrária e insensível com a luta e com o modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo ocasionou, como não podia deixar de ser, a irritação da mãe do nosso presidente, que também está na luta pela Reforma Agrária e de tanto lutar e passar anos acampada e devido à sua idade desenvolveu hipertensão o que a levou a tomar remédios controlados, que devido a postura do servidor a mesma necessitou de cuidados.

Com a necessidade de criar políticas públicas para aqueles que habitam no campo, o Estado brasileiro, protagoniza políticas que favorecem o capital e as coloca em prática a fim de exercer o controle social. Ao mesmo tempo em que o Estado cria e direciona políticas destrutivas do Capital para as reformas na legislação trabalhista do indivíduo também freia o poder de mobilização e confrontação dos trabalhadores envolvidos na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária. A questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais bloqueios para o alavancamento da luta pela Terra por parte dos movimentos sociais e também para a Reforma Agrária.

Tal cenário trás várias visualizações sobre a reestruturação do campo e como ocorre os conflitos entre os acampados do Viva Deus e a Suzano (empresa que planta e cultiva eucalipto). Existem diversas teses, artigos, monografias, entre outros, que discutem esse tema e pode ser analisado nas diversas áreas do conhecimento, é nessa discussão de conflitos entre estado e camponês que acreditamos que tal pesquisa pode contribuir para um debate político, social e voltados para políticas públicas no campo no que diz respeito a reestruturação produtiva no campo e os conflitos gerado entre o camponês e o grande capital.

Levando em consideração os diferentes aspectos apresentados da luta pela terra no cenário da reestruturação produtiva no campo maranhense, é que temos a respectiva

pesquisa não só como um instrumento acadêmico que visa contribuir para com o desenvolvimento de análises sociais do fenômeno, mas, principalmente, de servir como mais um instrumento de luta dos acampados do Viva Deus, denunciando as relações perversas entre Estado e o agronegócio e as investidas deste último na desarticulação dos sujeitos em resistência.

Considerações

Afirmando a base teórica de toda a pesquisa, partindo de István Mészáros (2015) em seu livro **A Montanha Que Devemos Conquistar**³, no qual afirma que: Sem examinar o Estado Moderno, não se examina o capitalismo. [...] O Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado” (P.10)¹.

Dessa forma entende-se que, a as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo, coloca o Estado numa posição de marionete do capital, pois as crises tanto estruturais como sociais passam a ser de responsabilidade do Estado, deixando o capital “livre” de ataques primários.

Sendo assim, o Espaço é um produto social, mas não pode ser tratado como alguma coisa vazia, e sim como um conjunto de relações. Seguindo a afirmação feita por Lefebvre podemos dizer que: Um dos fatores que é responsável por essas relações é o modo de produção capitalista que rege as relações sociais tanto as já existentes como cria novas relações baseadas nos interesses da classe burguesa, propiciando assim a afirmação e a continuação da hegemonia burguesa. Onde “O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102)².

Ao entender que a luta é sempre de classe, é que o camponês – sujeito a ser estudado no processo de reestruturação do capital – precisa entender seu papel enquanto proletário “o sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante- uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre

³ A Montanha Que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

toda a sociedade” (KARL MARX, “Meeting of the Central Authority”, 1850 apud. István Mészáros).

Assim, a luta dos camponeses do acampamento Viva Deus pela terra e contra a lógica do grande capital, materializado na empresa Suzano, representa o campo das possibilidades na reconfiguração do espaço agrário maranhense.

Referências

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. O MST e a educação: a perspectiva da construção de um novo homem e de continuidade do movimento. In: STÉDILE, João Pedro (Org.), *A Reforma Agrária e a luta do MST*. 2ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo*. Dissertação em Educação: UNICAMP. Campinas, 1993.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-26.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho)*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

² LEFEBVRE, Henry. *The production of Space*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

_____. *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

ARON, R. *O marxismo de Marx*. Tradução de Jorge Bastos - São Paulo: Arx, 2005.

ARROYO, M.; CALDART, R.S.; MOLINA, M. (orgs.). *Por uma educação básica do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARRIGH, Giovanni and DRANGEL, Jessica. "The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone". *Review* (Fernand Braudel Center) X, 1986, p. 9-74.

ARROYO, M.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Educação Básica e o Movimento Social*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

AZAR, Zaira Sabry. *Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente do Maranhão: o assentamento Califórnia como expressão*. São Luis: UFMA, 2013.

BALANDIER, Georges. *El poder en escenas. De la representación del poder al poder de la representación*. Barcelona: Paidós, 1994.

BARBOSA, Lia Pinheiro. *Educación y resistencia en el Movimiento de los Sin Tierra: proyecto político alternativo y enfrentamiento de la política neoliberal*. In: FAL, Juan; Oliveros, Amaury (coord.). *El pensamiento económico y social latinoamericano: crisis neoliberal y proyectos alternativos*. Colección Estudios Multi e Interdisciplinarios sobre América Latina y el Caribe. México: Universidad Nacional Autónoma de México - Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos (UNAMPPELA) / Ediciones Eón. 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O conceito de alienação no jovem Marx*. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n.1, p. 223-245, Junho de 2011.

BARTRA VÉGES, Armando. *Os novo camponeses*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. *Os movimentos sociais e as lutas por educação*. In: CALADO, Alder (org.) *Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste*. João Pessoa, Idéia, 1996.

BERTERO, J. F. *Sobre a sociedade pós-industrial*. Comunicação apresentada no IV Colóquio Marx e Engels em Campinas-SP, 2005.

BONFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- BRAZ, M. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BRINGEL, Breno Marqués. *O lugar dos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais*. Goiânia: Boletim Goiano de Geografia, V. 7, Nº 2, 2007.
- BRINGEL, Breno. *Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais*. Revista Sociologia & Antropologia (UFRJ), v.2, n.3. 2012.
- BRUNO, Regina Landim. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES. B. M (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CALDA RT, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CÂMARA, Antonio da Silva. *A crítica intelectual ao movimento indígena-camponês de Chiapas*. Texto para o II Congresso Virtual de Antropologia e Arqueologia, 2000.
- CAMARGO, Regina A. L. *Da luta pela terra à luta pela sobrevivência na terra: do resgate da discussão, ao estudo de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba 1994.
- CARBONARI, Maria Rosa. *População, Fronteira e Família: a região de Río Cuarto no período colonial tardio*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, UFF, Niterói, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da Dependência ou Análise Concreta das Situações de Dependência”. In: _____. *O Modelo Político Brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 123-139.
- CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *Reformas no mundo da educação*. São Paulo: CASAGRANDE, Nair. *O Processo de Trabalho Pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal*. Dissertação em Serviço Social. Recife: UFPE, 2001.
- CASAGRANDE, Nair. *O Processo de Trabalho Pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal*. Dissertação em Serviço Social. Recife: UFPE, 2001.
- CHAZEL, François. *Movimentos sociais*. In: Boudon, Raymond (dir.). *Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 2004.

CLOC. *Declaração Final do I Congresso*. 1994. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/index.php/es/congresos/i-congreso/218-declaracion-final> acessado em: 22 de fevereiro de 2014.

CLOC. *Declaração Final do VI Congresso*. 2015. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/index.php/es/congresos/i-congreso/218-declaracion-final> acessado em: 5 de maio de 2015.

CODAS, Gustavo. Retalhos para uma história dos movimentos contra a globalização neoliberal. In FRATI, Mila (org) *Curso de Formação em Política Internacional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

COLETTI, Claudinei. *Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal*. Ideias, n. 9, 2002.

CONTAG. *Educação do campo: semeando sonhos... cultivando direitos*. Brasília: 2004. Contexto, 1999.

COSTA, Sidnei Alves. Política Social de Educação: uma alternativa do MST? In: *Minas Gerais/Caxambu: ANPED, 2001*.

COUTO, Joaquim Miguel. *O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.

DATALUTA, Boletim. *Reconceitualizando a Reforma Agrária*. NERA - Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, <http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta> . Boletim DATALUTA, julho de 2010.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.